

SEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS RIBEIRINHAS, NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA/PA

Lourena Pinto de Almeida¹; Cristal Marly Machado Torres¹; Talita Nogueira Berino¹; Luisa Margareth Carneiro da Silva²; Rosa Maria Dias²

¹Graduanda de Nutrição; ²Doutoranda em Doenças Tropicais

nutri2011almeida@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução: A definição de segurança alimentar adotada pelo governo brasileiro, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como princípio práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2003). Para medir essa segurança alimentar criou-se a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) que foi desenvolvida com base em metodologia utilizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA), sendo utilizada para medir o grau de insegurança alimentar a partir da percepção dos entrevistados com insuficiência na disponibilidade de alimentos e na qualidade da dieta. (ANJOS; CALDA; BECKER, 2013). Povos ribeirinhos são populações tradicionais que residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de subsistência e cultivam pequenos roçados para consumo próprio, além de praticarem atividades extrativistas (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007). **Objetivo:** Este trabalho teve objetivo de demonstrar a prevalência da insegurança alimentar em famílias ribeirinhas. **Métodos:** O estudo consiste na coleta de dados de 14 famílias ribeirinhas da comunidade do Aurá no município de e Ananindeua/Pará, contendo 43 pessoas. Utilizou-se um questionário socioeconômico que continha perguntas referentes à renda, caracterização do domicílio e saúde, e as 15 perguntas da EBIA. Os extensionistas passaram por treinamento para a pesquisa e familiariza-los com a realidade ribeirinha. Os adultos participaram da ação após terem assinado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), explicado pelo entrevistador antes do início da pesquisa. A coleta de dados ocorreu em um navio da Sociedade Bíblica do Brasil (S.B.B) designado para o atendimento que se deslocou mensalmente até a comunidade no período de Agosto/2014 a Setembro/2014. As famílias chegavam até o navio, convocadas previamente pelo líder comunitário de transporte fluvial como canoa, rabeta, barco escolar, para um atendimento multiprofissional, com equipes de profissionais e estudantes de enfermagem, nutrição, odontologia, farmácia. Antes do atendimento com os extensionistas os moradores da comunidade recebiam uma breve explicação sobre o que iria acontecer no dia. Posteriormente eram encaminhados para a aplicação de questionário. As perguntas referentes a EBIA que se resulta em quinze perguntas fechadas com respostas positivas e negativas referentes a situação alimentar vivida pela família ao longo de 3 meses atrás a data da pesquisa, foi aplicada com o chefe da família pela nutricionista responsável pelo projeto, As respostas foram codificadas conforme o proposto por Segall- Corrêa et al, considerando o processo de insegurança alimentar crescente, passando pela preocupação com a falta de alimentos, pelo comprometimento da qualidade da dieta e por fim pela redução quantitativa da alimentação. Para as respostas positivas, atribui-se o valor “1”, e para as respostas negativas o valor “0”, resultando em um escore com amplitude de 0 a 15 pontos. A soma dos escores classificou-se em quatro níveis: “0” segurança alimentar; “1-5” insegurança alimentar leve; “6-10” insegurança alimentar moderada e “11-15” insegurança alimentar grave, os dados do socioeconômico foram

analisados por frequência simples no softwares Epi info versão 3.5.3 previamente compilados em uma planilha no Microsoft Office Excel® versão 97- 2003. **Resultados/Discussão:** A partir da amostra analisada observou-se que 58,% é do sexo feminino; de cor parda com 69,8%; sobre o grau de escolaridade 44, 5% tem o ensino fundamental incompleto; a principal ocupação é o extrativismo com 30,2%; sobre a energia elétrica 68,8% utiliza o gerador como fonte de energia; 60,5% recebe o bolsa família e 58,1 utiliza fossa rudimentar. Segundo (COSTA et al, 2009) identificar fatores que colaboram para a segurança alimentar permitem que políticas públicas sejam focalizadas nessas áreas, demonstrando com as variáveis socioeconômicas tem uma importância fundamental para identificar e direcionar a ação. Associado aos dados socioeconômicos o resultado da EBIA apresentou que 67% das famílias estão passando por insegurança alimentar grave, 20% insegurança alimentar leve e 13% insegurança alimentar moderada. **Conclusão e considerações finais:** O que se percebe com a soma dos resultados que a maioria das famílias estão vivendo insegurança alimentar grave e mesmo com o auxílio do governo com o Programa bolsa Família não conseguem sair dessa zona de insegurança. E se tratando de ribeirinhos as condições ao acesso a uma alimentação de qualidade fica ainda mais complexa, pois fazem parte das comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas, grupos que menos tem acesso a saúde, educação, saneamento e distribuição de renda que reflete diretamente na aquisição de alimentos. Tais requisitos são imprescindíveis para segurança alimentar, a garantia do direito a uma alimentação digna e o dever do estado, mas para os ribeirinhos vem sendo negligenciada e tratada com descaso e necessário que medidas emergências sejam tomadas o mais rápido possível e um planejamento ao longo prazo em paralelo com a ação para que essas famílias tenham condições necessárias para sua subsistência, lembrando que a falta de nutrientes em fazes decisivas na vida de um indivíduo compromete seu desenvolvimento biológico e social.

Referências:

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; BECKER, C. Segurança alimentar e Desenvolvimento Sustentável: entre mitos e realidade. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.7, n.1, jul./dez. 2013. FERREIRA, V.A.; MAGALHÃES R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 1674-1681, 2007.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar. Brasília: **Editores Positiva**; 2003.

COSTA, L.V.; SILVA, M.M.C.; BRAGA, M. J.; Lírio, V.S. Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 373-394, ago. 2014.

SEGALL-CORRÊA AM.; PÉREZ-ESCAMILLA R.; MARANHA LK, SAMPAIO MFA.; YUYANA L.; ALENCAR F, et al. Projeto: acompanhamento e avaliação da segurança alimentar em famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas/Organização Pan-Americana da Saúde/Ministério da Saúde; 2003. (Relatório Técnico).